

## **O SENTIDO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NA ATUALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DO PERÍMETRO IRRIGADO DAS VÁRZEAS DE SOUSA- PB.**

Francisco Vinicius Ferreira Gomes (1)

<sup>1</sup>(Universidade Estadual da Paraíba; [viniciusfergomes@hotmail.com](mailto:viniciusfergomes@hotmail.com) )

### **INTRODUÇÃO**

Na década de 1960, assistimos uma mudança com relação à atuação do Estado no Nordeste. As políticas de combate direto às secas saíram do bojo das políticas públicas para semiárido, para dar destaque a políticas que priorizavam o desenvolvimento de estratégias para a convivência com o Semiárido. O incentivo à agricultura irrigada surge neste cenário como alternativa para contornar os problemas existentes ocasionados pelos efeitos resultantes da ocorrência do fenômeno climático das secas, e como meio de transformar e desenvolver o setor agrícola, sob uma sustentabilidade econômica, minimizando, sobretudo o risco tecnológico, representado pela escassez de água. Neste estudo, empreendemos uma reflexão referente ao sentido social da Irrigação Pública nos dias hoje, a partir de um estudo no Perímetro de Irrigação das Várzeas de Sousa- PB. Projeto lançado pelo Governo do Estado da Paraíba em 1998, e inaugurado em 2012 visando promover o desenvolvimento da região oeste do Estado situado entre os Municípios de Sousa e Aparecida. O Projeto foi implantado dentro de uma parceria entre o Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado da Paraíba. Reconhecemos no PIVAS, a possibilidade de raciocinarmos sobre os paradigmas e o sentido social da irrigação pública na atualidade, assim como também, empreendemos uma tentativa de refletir sobre as Políticas de Irrigação colocadas em prática pelo Governo brasileiro nos dias de hoje.

### **METODOLOGIA.**

A metodologia que norteou o presente trabalho utilizou-se da abordagem qualitativa. O método usado foi a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32).

(83) 3322.3222

[contato@aguanosemiarido.com.br](mailto:contato@aguanosemiarido.com.br)

[www.aguanosemiarido.com.br](http://www.aguanosemiarido.com.br)



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As primeiras experiências concretas de utilização racional da água armazenada na Paraíba, ocorreram nos Perímetros Irrigados implantados pelo DNOCS, como os de São Gonçalo, no município de Sousa, Condado e Sumé. Estes Perímetros Irrigados, que correspondem à área de jusante de açudes públicos, constituem verdadeiras ilhas verdes na caatinga, onde os irrigantes plantam em pequenos lotes de 3 a 5 há diversos produtos comerciais, como a banana, o feijão e principalmente o tomate (FARIAS, 2010).

Posteriormente, a Lei Estadual 6.308/96, institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e acolhe o conceito do desenvolvimento sustentável quando no Capítulo I, Seção II, expõe que o aproveitamento dos recursos hídricos deverá ser feito racionalmente e de forma a garantir o desenvolvimento e do bem estar da população e a preservação do meio ambiente. Sem embargo do exposto, a *Irrigação Racional Sustentável* se tornar um instrumento contributivo ao processo de gestão hídrica da Paraíba (BARBOSA, 2006).

Em um exemplo da intervenção da ação do Estado (inspirado na filosofia de combate à seca), impulsionados por esta lei para resolver o problema do acesso, distribuição e gestão da água na região oeste da Paraíba, o governo desengaveta projetos com o Canal da Redenção e Projeto de criação do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa-PB, localizado na mesorregião do sertão da Paraíba.

A população beneficiada diretamente seria de 395 famílias, gerando cerca de cinco mil novos empregos diretos e, entre 10 a 12 mil empregos indiretos, conforme cultivares a serem executados. Estavam previstos os seguintes cultivares: banana, goiaba, manga, melão, algodão e hortaliças, além de ovinocultura orgânica<sup>1</sup>.

As modificações realizadas no projeto do PIVAS entre 1997(data de início das obras) e 2005, consideram a tendência de contemplar os chamados empresários com lotes maiores, a área de reserva legal em conformidade á lei de proteção à biodiversidade, e também a importância a possibilidade de conceder lotes aos agricultores, conforme reivindicação dos movimentos sociais (FARIAS, 2010).

No ano de 2008 é concluída as duas primeiras atividades básicas para funcionamento do perímetro. O Perímetro tem como finalidade irrigar uma área de cerca de 5.000 hectares com 178 lotes para pequenos produtores, com cerca de cinco ha/lote, e 19 lotes empresariais com áreas

<sup>1</sup> [www.integracao.gov.br/.../sousa\\_mapa.gif](http://www.integracao.gov.br/.../sousa_mapa.gif). Acesso em 26 de agosto de 2017.

variando de 27 a 293 ha. As áreas deveriam a ser destinadas à produção de culturas alimentares e matérias-primas de alto valor comercial, com elevado nível tecnológico. A fonte hídrica do Perímetro corresponde ao complexo de açudes Coremas – Mãe D'água. A partir da captação no açude Coremas-Mãe D'água, a água é conduzida através do Canal Adutor (Canal da Redenção), com 37 km de extensão e capacidade de vazão de 4m<sup>3</sup>/s (FARIAS, 2010)

No entanto, como forma de resposta as pressões feitas pelos movimentos sociais do campo ocorridas desde 2004, o governo do estado cedeu 998,33 hectares para o INCRA assentas as famílias que foram expropriadas ou expulsas das terras para a construção do PIVAS e que, através da articulação com os movimentos sociais, reivindicam o retorno à área do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa. A organização em associações representa uma estratégia de superação das dificuldades individuais e lutarem para conseguir recursos e financiamentos para a investimento no lote.

O projeto foi somente inaugurando em 2012, durante o governo do então governador Ricardo Coutinho, o marco dessa inauguração, foi à instalação do prédio onde abrigaria a coordenação do PIVAS. Atualmente, o PIVAS conta com 178 pequenos produtores, os quais ocupam lotes que medem entre 5 e 10 hectares, que estão organizados em 14 Associações fundadas para viabilizar a captação de recursos para fins sociais tendo sido construídas casas nos 178 lotes, com eletrificação e abastecimento d'água. Foram também realizados cursos de capacitação sobre comercialização da produção e agricultura orgânica para esses agricultores. Na área empresarial, estão regularizadas três empresas agrícolas, a AGROVERTER, MOCÓ AGROPECUÁRIA e SANTANA ALGODOEIRA, onde são cultivadas oleaginosas, sementes e algodão. As três financiadas até 2012 vão investir cerca de 30 milhões de reais na produção agrícola irrigada.

Como elenca Lima (2016), o PIVAS surgiu como espaço produtivo condicionado as imposições desse modelo agropecuário que cresce em nosso país. E com a incumbência de levar ao sertão paraibano uma atividade agroindustrial de dimensões transnacionais, através do desenvolvimento da agricultura irrigada. Entretanto, o projeto se desenhou em meio a uma implantação problemática, resultado de discórdias, denúncias e investigações, e dos interesses conflitantes entre os atores que o constituem, representados, de um lado, pelos grupos econômicos do setor de agronegócios, e de outro, por centenas de famílias camponesas que buscam sua participação ativa no projeto (LIMA, 2016).

No processo de formação do PIVAS, observa-se que o Estado atuou em favorecimento da classe dominante, fomentando, financiando e até mesmo gerenciando o referido projeto e, do mesmo



modo, contrariando os discursos de redução da desigualdade social e de acesso aos meios de sobrevivência por parte da classe camponesa

O modelo definido para o Projeto estabeleceu para o poder público a responsabilidade pelo planejamento e construção da infraestrutura de irrigação de uso comum, cabendo à iniciativa privada as inversões nas parcelas e a execução dos processos de produção e comercialização. Diante de tais apontamentos, apreendemos o PIVAS, enquanto modelo semelhante aos projetos de irrigação construídos pelo governo brasileiro em outros Estados do Nordeste, sob o novo modelo de irrigação pública nacional. Um desenho de estrutura que reproduz e fortalece o domínio das terras e da água para o desenvolvimento e impulso do agronegócio, acendendo a concentração de riquezas e do acesso aos recursos naturais como terra e água.

O modelo de irrigação pública pensado para o Estado da Paraíba diferencia-se do modelo instalado pelo DNOCS, um marco dessa distinção caracteriza-se pela expressiva presença do capital privado. Trata-se de um projeto de economia mista que alia interesses públicos e privados. No modelo instalado pelo DNOCS, a disponibilidade de lotes para empresas privadas, comparado com o modelo proposto para o PIVAS, é consideravelmente menor. Tal modelo se serve da disponibilidade de tecnologias modernas e da experimentação de novas técnicas de plantio, colheita e manipulação de sementes, além das articulações como o mercado externo e com as regiões portuárias mais próximas.

O mercado das frutas, a fruticultura irrigada e o agronegócio dos grãos são grandes exemplos da mudança nos padrões dos projetos federais de irrigação, cada vez mais especializados num público empresarial capaz de se afinar com os mercados mundiais, pouco interessados na agricultura de pequenas proporções econômicas, voltada para a subsistência do trabalhador rural e com uma pequena parcela da produção decida a comercialização localmente, em pequena escala, e sem competitiva direta.

Na fomentação do Projeto – Várzeas de Sousa - até a sua operacionalização é indiscutível não perceber a influência das políticas de desenvolvimento e reestruturação produtiva no Nordeste. Os atores envolvidos neste projeto são expostos a distintas situações e lógicas de relações e de reprodução social, configurando mudanças no modo de vida, seja com relação àqueles que tiveram suas terras desapropriadas e foram indenizados e “expulsos” para outro local na região, seja por parte, daqueles que foram incorporados pelo projeto, no caso, contemplados com lotes, e que encontram dificuldades de produzir e realizar a agricultura proposta no modelo pensado pra o PIVAS.

Os mais de 100 anos de ação pública federal, envolvendo os recursos hídricos, em geral, e a irrigação e drenagem, em particular, podem ser divididos em quatro fases, caracterizadas por particularidades acentuadas, conforme informações colhidas num relatório do Ministério da Integração Nacional (MI) no ano de 2009. As várias iniciativas postas em prática ao longo de mais de um século foram submetidas a uma nova pauta de orientações a partir de 1995, caracterizando a inauguração de uma quarta fase, cuja consolidação espera-se viabilizar por intermédio dos direcionamentos da Política Nacional de Irrigação e Drenagem, no que foi denominado de Projeto Novo Modelo da Irrigação<sup>2</sup> (BRASIL, 2006)

A ênfase passa a ser o agronegócio, na busca orientada para obter condições que garantam a Competitividade no Mercado Globalizado, a Irrigação torna-se um negócio empresarial pautado na sistematicidade da produção e na padronização de Produtos. Adquire, a conformação de um grande conjunto de negócios e atividades intimamente relacionadas nas suas respectivas cadeias produtivas, onde estão contidos, não só os setores intrinsecamente ligados à produção primária e industrial, mas, também, os segmentos de serviços (financeiros, logística, classificação, marketing, pesquisa, extensão rural, defesa agropecuária), públicos ou privados (BRASIL, 2006).<sup>3</sup>

Contudo, tomando por base experiências concretizadas em diversas áreas do Nordeste, constatou-se que os resultados deste processo de modernização nem sempre são positivos, já que promoveu o desfavorecimento e conseqüente processo de enfraquecimento/desaparecimento da agricultura camponesa. Em contrapartida, emergiu focos de resistências dos camponeses que buscam espaços no território ocupado pela atividade empresarial (LIMA, 2016).

Os grandes projetos de desenvolvimento rural continuam a reproduzir a lógica capitalista de concentração de capital nos novos espaços da produção, bem como no diferente acesso das classes rurais a terra e o conseqüente processo de expropriação e submissão ou expulsão dos atores rurais, cujos espaços têm seus territórios promovidos por uma reestruturação paradoxalmente benéfica e excludente ao mesmo tempo (BARBOSA, 2016).

---

<sup>2</sup> Seu objetivo geral estava representado pelo “desenvolvimento, validação e estabelecimento das bases estruturais, conceituais, regulatórias, operacionais e financeiras, com enfoque na região Nordeste, para a implantação de um Novo Modelo de Irrigação”. Já os objetivos específicos do projeto eram apresentar políticas e estratégias que viabilizem: estimular o investimento privado em todas as fases do agronegócio da irrigação, orientar a produção para as oportunidades de mercado e redirecionar a participação do governo na atividade, priorizando os papéis de indução, orientação, regulação e promoção. Objetivava, ainda, gerar sinergia entre a iniciativa privada e as esferas governamentais, garantir eficiência no uso e na gestão da água para irrigação, identificar novas fontes e modelagens de financiamento e propor mecanismos para geração de informações e controle dos impactos ambientais e sociais (BRASIL, 2010).

<sup>3</sup> VANDERLEY, de Oliveira. Apostilha de Sistemas Agro Industriais (SAI), 2011.

## CONCLUSÕES

Admitimos, neste estudo, que os modelos de irrigação são constituintes de políticas públicas que ultrapassaram, ao longo do tempo, diversos momentos. A perda da ênfase ao fortalecimento da produção agrícola em tamanho familiar em detrimento ao modelo que privilegia o agronegócio de grandes proporção, nas políticas de irrigação, repercutiu a chegada de uma nova fase, onde informação, tecnologia e capital, tanto financeiro quanto humano, tornaram-se imprescindíveis. Esta alteração, seria reflexo do processo de mundialização da economia, trouxe novos condicionantes à relação entre as economias global e local. O novo modelo de irrigação proposto pelo Estado Brasileiro, demonstra o movimento e ação explorado pelas diretrizes nacionais da política de irrigação, tais como: (a) processo de desapropriação das terras desarticulado com os critérios de seleção dos beneficiários dos lotes irrigados, (b) parcelamento do perímetro que aponta a redução da área destinada a colonos (pequenos irrigantes familiares) e amplia a participação do capital, (c) critérios de seleção que estabelece o perfil do irrigante, ignorando a realidade rural das regiões onde se localizam os projetos. As implicações do uso destes parâmetros revelam para uma mudança quanto aos fundamentos do interesse social dos Perímetros Públicos De Irrigação, evidentes na exclusão e não incorporação das populações que tem suas terras desapropriadas, no favorecimento de agentes urbanos ao invés das populações rurais, no favorecimento da iniciativa empresarial e no estabelecimento de estruturas pautado no organicismo do mercado para o funcionamento dos perímetros irrigados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Eivaldo Moreira. **Gestão De Recursos Hídricos Da Paraíba: Uma Análise Jurídico-Institucional**. 2006. 150f. Tese de Doutorado (Doutorado Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. Campina Grande – PB

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FARIAS, Arethusa Eire Moreira de. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

LIMA, F. V. **O projeto de irrigação Várzeas de Sousa - ações e contradições do novo modelo agrícola de sertão da Paraíba**. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BRASIL. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes** / Ministério da Integração. ( 2009).